

OLHARES SOBRE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM SOBRE MÍDIAS INDEPENDENTES, COMUNITÁRIAS E POPULARES

Anna Flávia Feldmann¹

RESUMO: O presente artigo visa ponderar sobre os novos e antigos canais e modos de produção da comunicação alternativa, pesquisando sobre possibilidades de atuação fora dos veículos convencionais da grande imprensa. O objetivo é desvendar estratégias e métodos diferentes de atuação, debatendo questões sobre o protagonismo de segmentos sociais não hegemônicos, a censura e a experiência livre do jornalismo em diversas mídias. A ideia é contribuir para um diálogo amplo utilizando-se da mídia como expressão política, cultural e ideológica na luta por transformações históricas e pelas modificações das realidades sociais estabelecidas. Busca-se exemplificar ações midiáticas que superaram a superficialidade das circunstâncias e o predomínio das fontes oficiais para atingir o conjunto da práxis social e a comunidade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo, Comunicação Alternativa, Mídias Independentes e Mídias Comunitárias.*

ABSTRACT: This article aims to reflect on the new and old alternative communication modes of production, researching possibilities of action outside the conventional mainstream media. The aim is to reveal different strategies and methods of operation, debating issues about the role of non-hegemonic social groups, censorship and freedom of journalism experience in various media. The idea is to contribute to a broad dialogue using the media as a political, cultural and ideological expression in the struggle for historical changes and the modifications of established social realities. Seeks to exemplify media actions that exceeded the superficiality of the circumstances and the predominance of official sources to achieve the set of social praxis and the community as a whole.

KEYWORDS: *Journalism, Alternative Communication, Independent Media, Community Media.*

¹ Professora de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda e mestre em Ciências da Comunicação, ambos pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São.

INTRODUÇÃO

“Em uma sociedade totalmente democrática, haveria a mesma quantidade de emissão e recepção”, declara o autor Máximo Simpson Grinberg, na obra *Comunicação Alternativa na América Latina*. O pesquisador especifica: dentro de um determinado grupo social, os diferentes papéis se definem pela relação da taxa de emissão versus taxa de recepção.

Cristalizar o receptor num só momento de um processo complexo e multifacetado (ou de recipiendário de mensagens) É negar ao indivíduo e a amplos setores sociais a plenitude de sua condição ambivalente de emissor-receptor-emissor, condição que, pela simultaneidade e reciprocidade que implica, configura um paradigma da democracia econômica e política e, por conseguinte, social- comunicacional. (GRINBERG, 1987, p. 8)

Atualmente, os veículos de comunicação alternativa consistem naqueles que, em certa maneira, oferecem o aumento da participação dos receptores e trabalham com a chamada “audiência participativa”. São espaços que exercitam a cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidades entre os sujeitos comunicantes.

Tais mídias são iniciativas políticas que surgem através de conflitos de interesses da sociedade, atuando como uma ferramenta para a difusão de mensagens no campo popular, nos quais jornalistas e/ou comunicadores, em muitos casos, devem estar dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação.

Os meios alternativos não buscam repetir as agendas e pautas dos grandes veículos de comunicação, valorizando a diversidade e assumindo um critério pluralista. A informação constitui-se mais como ferramenta de luta do que uma mercadoria.

Porém, o que diferencia a comunicação alternativa não é apenas o compromisso com a formação consciente, ou simplesmente a recusa dos esquemas estratégicos da grande mídia. As linhas editoriais devem ser coerentes, as práticas colaborativas e a articulação com movimentos sociais necessitam ser permanentes. Em alguns casos, ao construir uma mídia alternativa é possível acontecer uma fusão entre o processo de comunicação e o processo de educação.

Em muitos casos a imprensa alternativa deriva de práticas transgressoras de comunicação. Além de fornecer ao público um ponto de vista sobre os fatos que lhe são negados, ocultados ou mesmo alterados, também pratica novas formas de desenvolver

uma perspectiva de questionamento do processo social, fortalecendo o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas.

São mídias que normalmente expressam uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas. Utiliza-se aqui o termo hegemonia extraído dos conceitos *gramscianos*², no qual existe uma impositiva preservação do domínio cultural e da liderança das classes dominantes sobre o *status quo* de determinada sociedade. No caso, a imprensa contra-hegemônica se traduz nas possibilidades de atuação fora dos veículos convencionais, com práticas jornalísticas de movimentos sociais organizados, oferecendo a experiência livre do jornalismo em diversas mídias.

Segundo Kucinski (2003), “o jornalismo alternativo é algo que não está ligado a políticas dominantes”. Para o autor a categorização significa uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, a única saída para uma situação difícil, ou mesmo o desejo de protagonizar mudanças sociais.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de suas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (...) À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos. (KUCINSKI, 2003, p. 16)

Já o canadense John Downing prefere se deter nos exemplos de mídia radical para analisar mais profundamente a comunicação alternativa. “A ‘raiz’ de radical, que vem do latim, significa algo que penetra na “raiz” das questões. Um significado de “raiz” não existe se um confronto não tem nenhum significado político”³.

O pesquisador complementa

O papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Este é o modelo de contra-informação, que tem um forte elemento de validade, especialmente sob regimes repressores e estritamente reacionários (DOWNING, 2002, p. 49).

Dentro do espectro que podemos definir a comunicação alternativa, normalmente encontramos as seguintes nomenclaturas: Mídia alternativa, mídia cidadã, mídia da comunidade, mídia tática, mídia independente, mídia de contrainformação, mídia participativa, mídia do terceiro setor, mídia dos movimentos sociais, entre outras.

²Adjetivo relacionado aos ideais de Antonio Gramsci, filósofo e cientista político italiano (1891-1937).

³ Entrevista concedida ao Observatório Mídia Regional- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Artes da Universidade Federal de Pernambuco - Revista FAMECOS - Porto Alegre, nº 38, abril de 2009.

Cada especificidade deste segmento da comunicação possui seus prós e contras. Embora todas recebam o rótulo alternativo, algumas destas mídias podem refletir disparidades - atuando com apenas uma única causa social, porém, em contrapartida, refletindo elementos conservadores em outros assuntos. Para o ativista político estadunidense Noam Chomsky⁴, a mídia independente é veículo de notícias não corporativo, não estatal e não religioso.

Downing (2002) afirma que os meios alternativos não têm o mesmo poder de convocatória, são mais limitados e restritos na sua circulação. Muitas vezes não são elaborados por intelectuais, jornalistas ou universitários, mas pressupõe um público que organiza seus próprios veículos. Nestes termos a mídia não é a mensagem, é uma ponte. Não é determinante e sim determinada. Um meio e não um fim.

Segundo o autor, substituem-se assim os conceitos de público, espectador e leitor pelo termo que chama de audiência ativa, uma massa qualitativa de pessoas que mantém uma relação dinâmica com os movimentos sociais, construindo, de maneira geral, toda uma esfera pública alternativa. Uma audiência que organiza e molda os produtos da mídia, e não apenas absorve passivamente suas mensagens.

Um significativo exemplo de comunicação alternativa contemporâneo, citado por Manuel Castells⁵, foi a utilização das redes sociais pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, em seu surgimento, no ano de 1994. O EZLN foi o primeiro movimento de guerrilha informacional ao utilizar a internet para divulgar suas ações e comunicados. Primeiramente, suas causas tornaram-se conhecidas internacionalmente, ocasionando a simpatia de lideranças artísticas mundiais e, segundo, dentro dos territórios zapatistas ocorreram diferentes vias comunicacionais entre os participantes do movimento.

Estas características demonstram os dois campos que Downing detecta na comunicação alternativa. Primeiro a confluente interna, na medida em que facilita a mobilização e a organização de determinado grupo. E a confluente externa – uma estratégia para alargar espaços de divulgação e de articulação de análises e ações do mesmo.

⁴Professor-pesquisador no Instituto de Tecnologia de Massachusetts

⁵Extraído do livro *A outra face da terra: movimentos sociais contra a nova ordem global*. A Era da informação: Economia, sociedade e cultura, vol. 2

CARACTERÍSTICAS

Na matriz da mídia radical alternativa concentram-se as manifestações populares, ou seja, as coberturas que são relativamente independentes da agenda dos poderes estabelecidos e, às vezes, se contrapõe a um ou mais elementos desta pauta. Ao reunir todas as manifestações comunicativas analisadas em seu livro, Downing descreve algumas características recorrentes da mídia radical:

- São iniciativas que conseguem um experimento de escape paradoxal à grande mídia, realizando uma tentativa de democratização da mídia estabelecida;
- Podem incluir mídias de minoria étnicas, apresentando algo em comum: o rompimento de regras (ou a intenção de);
- Às vezes se atrapalham devido ao seu radicalismo e, em algumas circunstâncias encontram-se numa situação binária - os elementos comunicacionais são estritamente vinculados, por exemplo, somente à oposição ou à situação;
- Apresentam uma grande variedade de formatos (textuais, audiovisuais, entre outros);
- Não buscam audiência mercadológica, mas sim a difusão da informação.
- Vislumbram menos a disputa de espaço no mercado e mais a um lugar de enunciação;
- São tipicamente de pequena escala e pequena circulação.
- Normalmente, são produzidas por jovens, tal motivo ocorre devido ao baixo retorno financeiro que os veículos proporcionam;
- Visam expressar verticalmente oposição ao poder e obter horizontalmente apoio e solidariedade, trazendo, em muitos casos, uma nova visão a respeito de como a sociedade poderia organizar-se.

As dificuldades financeiras, os contextos de repressão política e até mesmo a fragmentação e dispersão das forças sociais explicam as dificuldades enfrentadas pelo jornalismo alternativo.

Muitas destas pequenas mídias jamais estabeleceram para si as metas de sucesso mercadológico: longevidade, lucratividade, estabilidade e venda de noticiários em

cadeia. Embora na cronologia do jornalismo contemporâneo seja possível identificar um olhar no passado e outro no futuro.

IMPrensa CONFISCADA

Carneiro (2003) descreve as práticas de comunicação anteriores ao golpe militar de 1964, classificadas como subversivas, sendo constantemente confiscadas e extraídas do cenário social. “O Jornal – assim como a literatura, a fotografia, a música, o teatro, a caricatura e o rádio – sempre se apresentou como alternativa eficaz de propaganda política”.

A autora divide, do ponto de vista metodológico, a história desta imprensa militante em dois prismas distintos: 1. Jornais que sofreram uma repressão institucionalizada– ação do estado caracterizada através de uma legislação e polícia específica e 2. Jornais de resistência – distinta pela ideologia que dá a forma e conteúdo aos jornais.

As regras do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS para a observação e inspeção dos periódicos, visavam à “pacificação interna” por intermédio de métodos aprimorados da polícia francesa do séc. 17 e 18. As classificações dos jornais encaixavam-se aos seguintes parâmetros:

- Orientação ideológica: anarquista, anarco-sindicalista, comunista, socialista, sionista, antifacista, facista, nazista etc;
- Comunidade idiomática: lituano, ídiche, russo, espanhol, japonês, armênio, ucraniano etc;
- Comunidade étnica: negra, nipônica, judaica etc.

Para a autora, foi no Estado de São Paulo que o jornalismo militante se proliferou devido ao polo industrial, a quantidade de imigrantes e ao operariado em geral.

As redações dos “jornais subversivos” se espalharam pelos bairros Bixiga, Barra Funda, Brás, Mooca, Bom Retiro e Vila Zelina. “Os estereótipos do revolucionário russo, do anarquista espanhol, do antifacista italiano rondavam o imaginário brasileiro de moralização dos costumes políticos”. A autora comenta sobre o surgimento em São

Paulo da Liga Nacionalista (1916-1924), “dedicada a afastar os maus imigrantes do país”.

Carneiro acrescenta “Como uma espécie de marca registrada, os periódicos “subversivos” optavam por títulos que faziam analogias aos seus ideais de luta: *Liberdade, o Pacificador, Emancipação, O Liberal, Nossa Terra, etc*”. A identidade de classe era divulgada no próprio cabeçalho e reforçada por alguma epígrafe. Exemplos de jornais são: *O Trabalhador, A plebe, A classe operária, O Sindicalista, A Voz dos Sapateiros, O Trabalhador Têxtil, O Trabalhador Agrícola, O trabalhador Vidraceiro*, entre outros.

Algumas características destes periódicos acima citados englobam o fato de serem compostos por ativistas estrangeiros, que mesmo expulsos do Brasil, continuavam trabalhando como correspondentes dos jornais revolucionários. Os jornais conquistavam leitores, que mesmo sem documentação e às vezes sem visto, eram ávidos por notícias com mensagens de esperança de uma vida melhor. Já os artigos e as ilustrações significavam vínculos com a pátria-mãe. Os jornais também contribuíam com contornos culturais desgastados pelo trauma decorrente do processo migratório.

IMPRENSA ALTERNATIVA DO BRASIL – PÓS-64

A fase notória da imprensa alternativa ocorre após o golpe militar brasileiro, que ocorreu no ano 1964 e no qual encerrou-se o governo do presidente João Goulart. Neste momento o objetivo era revolucionar o País e ir contra a imposição do regime autoritário.

O segundo momento dá-se na medida em que a censura começa a atuar e os jornais reformulam sua forma de criticar e resistir ao poder. Logo após, dá-se início o período do final dos anos 70, com a abertura política, quando as redações desses periódicos deixaram, aos poucos, de ser clandestinas e passaram a ganhar espaço público.

Já a última e atual fase iniciou-se com a redemocratização do Brasil, ocorre quando os jornais se agruparam aos movimentos populares e novas iniciativas surgiram a partir da demanda de grupos específicos, com o apoio das redes e das técnicas jornalísticas contemporâneas.

Dentro deste cenário, não foi sempre que a comunicação alternativa apresentou pluralidade de opinião interna nas suas diretrizes editoriais. Entretanto, apesar das dificuldades, muitos jornalistas enxergavam neste pequeno campo jornalístico uma forma de lançar-se na profissão e realizar um trabalho contestador, como é caso dos jornais da imprensa alternativa, que obteve seu auge durante todo o estado autoritário brasileiro. Na ocasião, jornalistas com audácia política, usaram do humor, do improviso e do profissionalismo para exercer suas profissões.

De certa maneira, tal imprensa oferecia a presença de algum tipo de resistência contracultural, oferecendo voz aos cidadãos que se manifestavam contra o regime vigente, aos jornalistas, ao público universitário e a grupos estigmatizados em geral.

À época da criação da imprensa alternativa, oriunda da contestação ao regime instaurado no início dos anos 60, Chinem descreve o decálogo dos itens proibitivos da censura:

- 1) A inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais;
- 2) Campanha pela revogação dos Atos Institucionais, nomeadamente – AI-5 (68);
- 3) Contestação ao regime vigente;
- 4) Notícias sensacionalistas que prejudicavam a imagem do Brasil;
- 5) Campanha de descrédito da política habitacional;
- 6) Notícias de assaltos a estabelecimentos de crédito e comerciais, acompanhadas de relatos detalhados e instrutivos;
- 7) Referencias à tensão entre a Igreja Católica e o Estado;
- 8) Publicidade sobre Nações Comunistas;
- 9) Críticas contundentes aos governadores estaduais, procurando demonstrar desacertos da escolha feita pelo governo federal;
- 10) Exaltação da imoralidade, com notícias sobre homossexualismo, prostituição e tóxicos.

O cenário dos jornais alternativos foi marcado pelo traço nacional-popular dos anos 50, mais o marxismo estudantil da década seguinte. Tais iniciativas manifestavam-se contra a tentativa de se instalar nas universidades, em decorrência da política de cassações e exílios voluntários, uma tática de controle da área de educação e a renovação do quadro de professores.

Atualmente é possível encontrar livros da imprensa alternativa no Brasil que demonstram a totalidade de alguns famosos periódicos, as obras trazem edições com a compilação de todas as edições do veículo e participam da construção histórica nacional. Livros sobre o jornal *Ex*, *Pasquim*, *Movimento*, *Coojornal*, *Binômio*, entre outros, retratam a reunião de um trabalho que nem mesmo os jornalistas membros sabiam da existência devido ao significativo número de exemplares confiscados e censurados.

Aquino (1999) explica que no setor de comunicação social do país, o governo controlava o material difundido na imprensa, monitorando e repreendendo as informações a serem divulgadas. A censura fez-se necessária para preservar a imagem do regime.

Além de cortar a censura passou a editar os textos. A retirada da palavra “não” transformava frases negativas em afirmativas. Os jornais recebiam uma lista de nomes das pessoas que não podiam ser criticadas ou elogiadas. Até a publicidade foi censurada sob a alegação que feria a ordem moral. Em alguns casos foram proibidas pautas de trânsito, desentendimentos entre autoridades, entre outros casos.

Os passos da censura foram primeiramente entregar as redações jornalísticas uma relação de assuntos proibidos, logo após, inserir a presença do censor nos locais de trabalho e, por fim, obrigar os profissionais dos veículos enviar suas matérias à Polícia Federal.

Não foi apenas a censura que corroborou com fim destes jornais, mas também a concretização de um projeto político de desestabilização da imprensa alternativa como um todo. As táticas utilizadas eram: afastar os leitores, atrasar as impressões gráficas, explodir bombas em bancas de jornal e em redações, entre outras.

Segundo Mattos (2005) o jornalismo sempre esteve sob ameaça de censura no Brasil, seja em termos políticos, econômicos ou policiais. Atualmente, a prática censória continua a ser comum e nos deparamos com uma censura cada vez mais complexa.

Para o autor o Estado sempre desempenhou papel decisivo no processo de regulamentação dos meios de comunicação de massa, influenciando sobre seu desenvolvimento. “O que existe hoje, ou o que deixou de existir, no terreno da política da comunicação foi criado nas últimas quatro décadas”.

Já Aquino acrescenta o fato de na história republicana brasileira, simplesmente em dois períodos a atuação da censura política pode ser considerada contínua e

desempenhada de maneira recorrente: no governo Vargas, particularmente no Estado Novo, e no regime militar instaurado no ano de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a prática censória continua a ser comum e identifica-se uma censura cada vez mais complexa. Embora a cada época ocorram inúmeras iniciativas de comunicação alternativa, os obstáculos apresentados no caminho tendem a ser variados, intensos e desmotivadores.

Mattos aponta que a censura aos meios de comunicação facilita a manipulação da opinião pública, limita o crescimento da produção dos próprios veículos, diminui a criatividade e o pior, também incentiva a autocensura.

Hoje tal prática passou a ser adotada pelas próprias emissoras, que constituíram seus departamentos de autocensura ou de controle de qualidade. O autor afirma que a indiferença é uma forma de censura tão eficaz quanto o assassinato.

Novas realidades se apresentam, mas nota-se que as crenças e os comportamentos que constituíram o jornalismo industrial não se sustentam por muitos anos. Hoje, é preciso criar um jornalismo pós-industrial representativo da era do conhecimento, com menos papel e mais compartilhamentos de informações.

Atualmente, as técnicas de comunicação alternativa devem seguir canalizadas para a mobilização da nova sociedade em rede, evitando, finalmente, o anacronismo e o retrocesso que sempre afastaram as palavras comunicação e participação dentro da esfera do universo jornalístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: Edusc, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A Imprensa Confiscada pelo Deops 1924 1954*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

CARVALHO, Ricardo. *As capas desta história – A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período de 1964-1979 (Do golpe à anistia)*. São Paulo: Ed. Wladimir Herzog, 2011.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

DOWNING, John D.H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada a História da Censura no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1998.